

# A POLÍTICA COMERCIAL DOS BRICS: SEU ENTORNO E SEUS EFEITOS PARA O BRASIL\*

Renato Baumann\*\*

Rubem Ceratti\*\*\*

## 1 INTRODUÇÃO

Uma das características do cenário econômico internacional recente é a importância cada vez maior de algumas economias emergentes. Os países chamados BRICS – referência ao grupo formado de início por Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), ao qual se juntou posteriormente a África do Sul (South Africa) – têm grandes dimensões geográficas e demográficas, com potencial econômico, e têm, em graus distintos, explorado as relações comerciais com os países vizinhos.

Essa situação suscita temores de preferências comerciais diferenciadas em nível regional, contribuindo para dificultar o acesso ao mercado por parte de produtos provenientes de outras regiões.

Num cenário como esse, mesmo aumentos expressivos de produtividade em setores exportadores podem não ser suficientes para superar as condições competitivas diferenciadas criadas pelos menores custos de transporte – em vista da proximidade geográfica – assim como as preferências comerciais específicas entre países vizinhos.

Que desafios este cenário impõe a uma economia como a brasileira, que tem experimentado forte penetração de produtos importados, mas que, ao mesmo tempo, conta com baixo grau de integração com as economias vizinhas?

Uma possibilidade é replicar, na medida do possível, a estratégia adotada em outras regiões, aumentando significativamente o grau de complementaridade produtiva na América Latina, de modo a ganhar competitividade para explorar de forma conjunta terceiros mercados. Os mercados dos demais países do grupo BRICS são candidatos naturais, em vista de suas perspectivas de dinamismo diferenciado. Isso contribuiria para reduzir eventuais desequilíbrios comerciais em alguns setores, como o industrial. Uma questão que uma estratégia desse tipo impõe, contudo, é em relação às condições de acesso a esses mercados.

---

\* Os autores agradecem os comentários de Honório Kume e Roberto Melo, isentando-os de eventuais incorreções remanescentes. As opiniões emitidas aqui são de inteira responsabilidade pessoal, e podem não refletir as posições das instituições mencionadas.

\*\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea e professor da Universidade de Brasília (UnB).

\*\*\* Estatístico na Dinte/Ipea. Foi o responsável pelo processamento dos dados primários.

Neste trabalho a análise está centrada nas tarifas de importação praticadas pelos diversos países. Aqui estão mapeadas as tarifas de importação entre cada país integrante do grupo e cada um dos seus vizinhos, assim como as tarifas com que se deparam os produtos brasileiros exportados para esses mercados. O objetivo é identificar se as condições encontradas pelos produtos brasileiros para acesso aos mercados dos demais BRICS e aos mercados de seus países vizinhos são distintas daquelas que cada BRICS proporciona aos produtos de seus vizinhos e as que cada um deles encontra no acesso aos mercados desses países.

O texto está dividido em seis seções. A próxima analisa a composição das tarifas consolidadas dos países BRICS junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), como indicativa de seu comprometimento em relação à abertura comercial. A terceira seção analisa de forma comparada a estrutura das tarifas aplicadas pelos diversos BRICS. A quarta seção compara a estrutura tarifária brasileira e a correspondente estrutura dos demais BRICS. A quinta seção analisa as tarifas impostas pelos demais BRICS e seus vizinhos aos produtos brasileiros, em comparação com as tarifas aplicadas no comércio regional, em cada caso. A última seção traz algumas considerações gerais.

## 2 A SINALIZAÇÃO DOS BRICS QUANTO À POLÍTICA COMERCIAL

Numa reforma da política comercial externa a credibilidade é uma condição básica para que ela seja sustentável ao longo do tempo: a capacidade de mobilização e pressão dos agentes econômicos interessados em criar ou preservar barreiras ao comércio é sempre maior do que a capacidade de mobilização e pressão por parte dos agentes econômicos (sobretudo os consumidores) afetados negativamente pela imposição de barreiras.

Isso faz com que um processo de abertura comercial demande, em paralelo, uma sinalização convincente de empenho político na sua preservação, assim como medidas complementares que possibilitem sua continuidade.

Uma possibilidade de sinalizar empenho político na preservação de um processo de liberalização comercial é o registro, junto à OMC, dos valores máximos para o imposto de importação. São as chamadas tarifas consolidadas. A adoção de uma tarifa acima do nível consolidado por parte de um país implica abrir negociação bilateral com todos os demais membros da OMC, o que é muito difícil, uma vez que abre margem para demandas variadas, além da extensão do próprio processo negociador, com mais de cem parceiros individualmente. Na prática essas tarifas são, portanto, um teto limitante.

Uma ideia da distribuição setorial das tarifas consolidadas para cada país pode ser obtida através dos indicadores ao nível setorial. Como a Rússia só recentemente teve aprovado seu ingresso como país-membro da OMC, não existem dados de tarifas consolidadas para esse país.

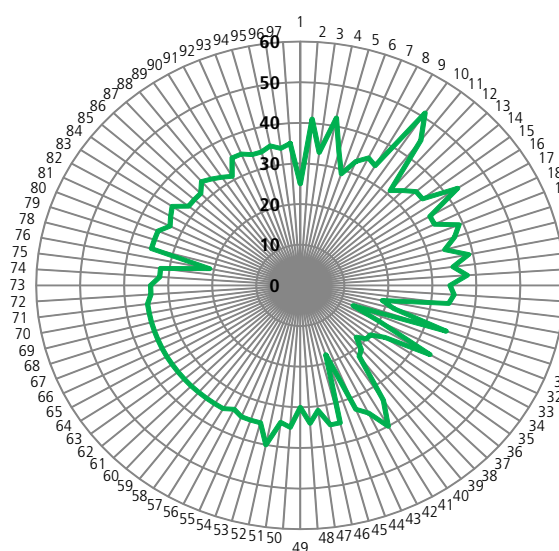
A Índia e a África do Sul têm menos setores com tarifas consolidadas na OMC do que a China e o Brasil. Esta é uma informação relevante: a exclusão de setores da lista de tarifas

consolidadas dá ao país margem para elevação de alíquotas, portanto, sinaliza um empenho menor em restringir eventuais ímpetos protecionistas.

Os gráficos 1 a 4 mostram a distribuição para as alíquotas consolidadas médias.

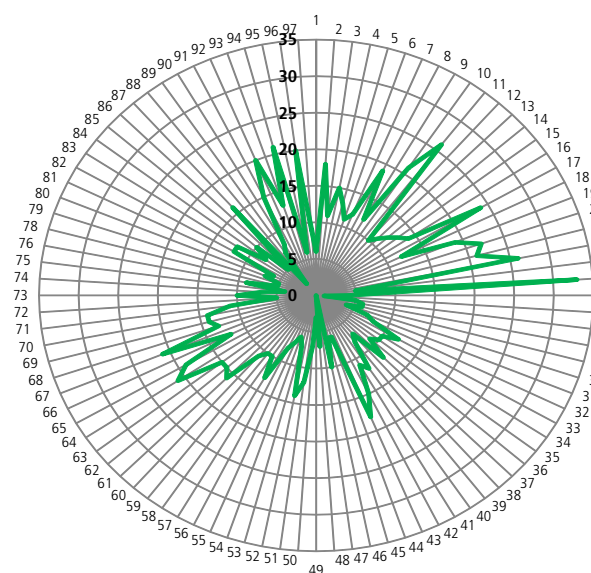
No caso do Brasil, o percentual mais elevado é o de cereais, com 51%. E há outros seis setores com percentuais entre 40% e 43%. Todos os demais têm percentuais abaixo de 39%. Na China a alíquota média mais alta é de 33% para fumo. Ela é seguida de dez setores com alíquotas entre 20% e 26%, sendo as demais alíquotas menores que 19%.

GRÁFICO 1

**Brasil: alíquotas consolidadas médias**

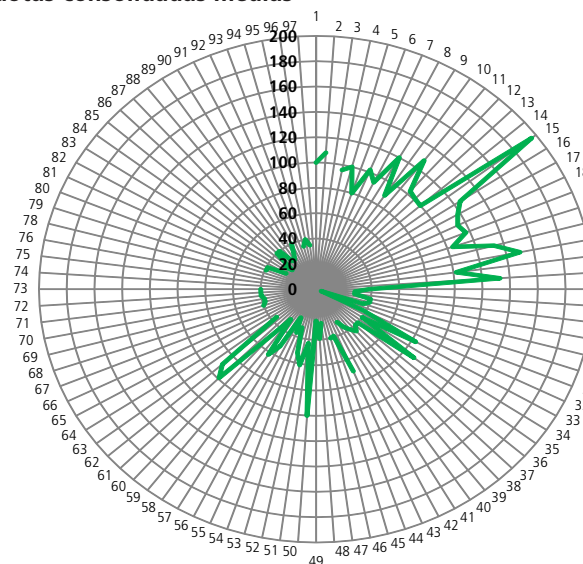
Fonte: *International Trade Center* (ITC). Elaboração própria.

GRÁFICO 2

**China: alíquotas consolidadas médias**

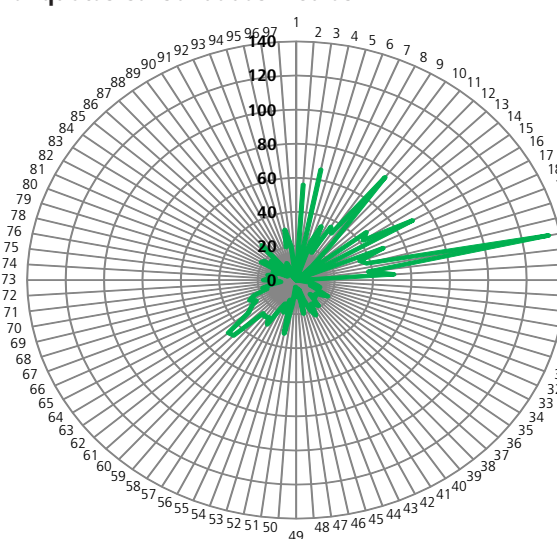
Fonte: *International Trade Center* (ITC). Elaboração própria.

GRÁFICO 3  
Índia: alíquotas consolidadas médias



Fonte: *International Trade Center* (ITC). Elaboração própria.

GRÁFICO 4  
África do Sul: alíquotas consolidadas médias



Fonte: *International Trade Center* (ITC). Elaboração própria.

Na Índia, o percentual mais elevado é o de gorduras e óleos animais, com 196%, seguido de bebidas, com 150%, e preparações alimentícias e fumo, ambos com 133%. Os setores produtores de alimentos e fumo têm, em geral, alíquotas médias superiores a 100% e os demais, alíquotas médias em torno dos 40%.

No caso da África do Sul o setor de bebidas tem a alíquota média mais elevada, com 134%. É o único setor desse país com alíquota média acima de 100%. Outros casos notáveis são os da indústria de moagem, com 76%, açúcar, com 70% e produtos lácteos, com 66%. O resto dos setores tem uma alíquota média de 18%.

Desse modo, a julgar em termos de nível de tarifas consolidadas, a economia mais fechada dos BRICS é a da Índia, seguida de Brasil, China e África do Sul.

É interessante comparar os BRICS também no que se refere às alíquotas aplicadas, em relação aos seus países vizinhos e em relação ao Brasil.

### 3 A POLÍTICA TARIFÁRIA DOS BRICS

A tabela 1 mostra as tarifas médias – não ponderadas – por tipos de produtos, para os cinco BRICS. Os dados referem-se ao ano de 2011, segundo a página web do *International Trade Center* (ITC).

TABELA 1  
**As tarifas aplicadas dos BRICS – 2011**  
(Em %)

	China	Índia	Rússia	África do Sul	Brasil
Tarifa média para todos os produtos	12,6	12,7	10,9	5,4	11,1
Tarifa média para produtos agrícolas	21,9	41,6	20,4	9,9	10,3
Tarifa média para produtos industriais	11,9	10,7	10,3	4,9	11,2

Fonte: ITC.

O nível agregado das tarifas aplicadas é semelhante na China e na Índia, sendo superior às tarifas dos outros três países (embora a diferença de ambas com a economia brasileira seja pequena). Isso é particularmente notável para produtos agrícolas: a Índia se destaca como altamente cautelosa, com tarifas correspondentes ao dobro das tarifas dos demais países. Não deveria ser surpresa o fato de que para a África do Sul e o Brasil – países competitivos em recursos agrícolas – as tarifas para esses produtos sejam as mais baixas.

Já para os produtos industriais é a China que se mostra mais cautelosa, embora seu nível médio tarifário não seja muito mais elevado do que o adotado por Índia, Rússia e Brasil. A África do Sul é o país mais liberal no comércio desses itens.

Consideramos como uma dimensão fundamental para a presente análise as relações de cada BRICS com os países em sua área de influência econômica mais próxima. Para os presentes propósitos foi adotado um critério *ad hoc*: essa área de influência foi definida a partir da proximidade geográfica e da importância relativa das relações comerciais.

Assim, temos as seguintes composições dos respectivos mercados regionais:

- Brasil: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (os países-membros do Mercosul e os da Comunidade Andina, mais o Chile);
- China: Cingapura, Coreia do Sul, Filipinas, Hong-Kong, Indonésia, Japão, Malásia, Mongólia, Taiwan, Tailândia e Vietnã (os países do Leste Asiático);
- Índia: Bangladesh, Butão, Maldivas, Paquistão e Sri Lanka (os países do Sul da Ásia);
- Rússia: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Moldávia, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão – os países-membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI);

- África do Sul: Angola, Botswana, Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Moçambique, Ilhas Maurício, Namíbia, Ilhas Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue – os países-membros da South African Customs Union (SACU) e da South African Development Community (SADC).

A tabela 2 mostra as margens médias de preferência concedidas pelos cinco BRICS aos seus vizinhos, em termos de alíquotas simples, não ponderadas, assim como o número de capítulos (dois dígitos de classificação, no Sistema Harmonizado) beneficiados em cada caso.

O Brasil tem margem de preferência máxima em termos de alíquota nominal em benefício de seus parceiros no Mercosul. Já para os demais países sul-americanos é notável registrar que essa margem aumentou muito, entre 2005 e 2010, tanto em número de setores envolvidos (exceção de Bolívia e Venezuela) quanto em termos da margem média de preferência, em todos os casos.

Na China, as informações disponíveis revelam que também houve um aumento do percentual de preferências concedidas entre os dois anos considerados. Em média o número de setores beneficiados em 2010, no caso chinês, é maior do que no Brasil, o que indica maior amplitude setorial.

Os dados para a Índia são mais escassos, e sugerem, no geral, um número limitado de setores beneficiados no comércio com os países vizinhos, assim como percentuais de preferência mais limitados do que no Brasil e na China.

Para a Rússia e seus vizinhos só existem informações disponíveis na base consultada para o ano de 2010. Em todos os casos o número de setores beneficiados é também menor do que o observado no Brasil e na China, mas os produtos originários de todos os países vizinhos contam com isenção total de impostos.

A África do Sul também aumentou sua margem de preferência aos produtos regionais. Como na Rússia, em 2010, os produtos de todos os vizinhos passaram a ter isenção no acesso ao mercado daquele país.

Esses resultados confirmam a percepção de que houve, entre 2005 e 2010, um aumento geral na facilitação de acesso ao mercado dos BRICS por parte dos produtos de seus países vizinhos, com o destaque – em termos de amplitude setorial – correspondendo ao Brasil e à China.

O passo seguinte nesse processo de identificação das relações mais intensas ao nível regional é verificar as margens de preferência comercial que os países vizinhos têm concedido aos respectivos BRICS, em cada região.

Os dados disponíveis são indicativos de um aumento nas margens de preferência, entre 2005 e 2010.

TABELA 2  
Margens de preferência de cada BRICs aos seus vizinhos

		Brasil											
		Argentina	Bolívia	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela			
2005	Média	100%	65%	27%	51%	68%	100%	58%	100%	52%			
	N =	94	43	80	57	35	52	49	79	40			
2010	Média	100%	100%	100%	95%	98%	100%	92%	100%	97%			
	N =	90	38	79	51	32	45	70	69	27			
China													
		Hong Kong	Indonésia	Coreia	Malásia	Filipinas	Cingapura	Taiilândia	Vietnã				
2005	Média	..	54%	3%	48%	..	47%	90%	91%				
	N =	..	11	50	13	..	14	8	5				
2010	Média	39%	95%	8%	95%	96%	96%	92%	94%				
	N =	65	87	67	86	87	87	90	86				
Índia													
		Bangladesh	Butão	Maldivas	Paquistão	Sri Lanka							
2005	Média	22%	49%	46%	11%	86%							
	N =	26	11	7	25	82							
2010	Média	..	..	100%	17%	84%							
	N =	..	..	2	32	77							
Rússia													
		Armênia	Azerbaijão	Cazaquistão	Quirguistão	Moldávia	Tajiquistão	Turcomenistão	Ucrania	Uzbequistão			
2005	Média	..	..	..	..	..	..	..	..	..			
	N =	..	..	..	..	..	..	..	..	..			
2010	Média	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%			
	N =	44	42	63	35	54	35	28	86	64			
África do Sul													
		Angola	Botsuana	Lesoto	Malawi	Maurício	Moçambique	Namíbia	Seychelles	Tanzânia	Zâmbia	Zimbábue	
2005	Média	97%	100%	100%	98%	98%	98%	100%	98%	98%	98%	98%	
	N =	24	15	2	45	50	47	1	14	49	49	65	
2010	Média	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
	N =	26	1	3	40	50	53	4	15	44	49	62	

Fonte: World Integrated Trade Solution (WITS). Elaboração própria.

A partir das tabelas 2 e 3 é possível afirmar, portanto, que na segunda metade da década passada houve um claro processo de facilitação de comércio, com maiores concessões tanto por parte de cada país BRICS quanto por parte dos seus vizinhos. Isso consolida, em cada caso, uma área de influência comercial. Resta saber em que medida, do ponto de vista da estratégia exportadora brasileira, essa consolidação implica dificuldades adicionais aos produtos brasileiros, tendo em vista o diferencial das condições de acesso tanto aos mercados dos demais BRICS quanto aos mercados dos países vizinhos a cada um deles.

TABELA 3

**Margens de preferências dos países vizinhos aos BRICS**

		2005		2010	
		Nº setores	Margem média	Nº setores	Margem média
Brasil	Argentina	95	100,00%	92	100,00%
	Bolívia	95	80,98%	88	97,29%
	Chile	95	96,70%	93	99,91%
	Colômbia	93	25,13%	89	76,51%
	Equador	74	19,33%	71	53,58%
	Paraguai	93	99,09%	92	99,09%
	Peru	65	19,70%	80	58,47%
	Uruguai	95	99,14%	..	..
China	Hong Kong	..	..	..	..
	Japão	74	62,33%	77	60,90%
	Coreia	..	..	61	13,01%
	Malásia	..	..	..	..
	Mongólia	..	..	..	..
	Cingapura	..	..	..	..
	Tailândia	..	..	..	..
	Vietnã	6	61,30%	..	..
Índia	Bangladesh	..	..	..	..
	Maldivas	15	4,97%	..	..
	Paquistão	33	5,93%	..	..
	Sri Lanka	67	30,03%	68	61,52%
Rússia	Azerbaijão	..	..	..	..
	Belarússia	..	..	88	100,00%
	Quirguistão	..	..	58	100,00%
	Moldávia	..	..	63	100,00%
África do Sul	Madagascar	..	..	78	83,99%
	Malawi	..	..	86	44,50%
	Maurício	50	65,42%	25	56,31%
	Moçambique	70	21,45%	..	..
	Namíbia	80	100,00%	..	..
	Tanzânia	78	43,99%	..	..
	Zâmbia	..	..	..	..

Fonte: WITS. Elaboração própria.



## 4 AS BARREIRAS BRASILEIRAS E AS DOS DEMAIS BRICS

A economia brasileira tem um longo histórico de adoção de tarifas de importação elevadas. Uma questão é, portanto, como as barreiras adotadas no Brasil se comparam com as barreiras tarifárias impostas pelos parceiros comerciais aos produtos brasileiros. Com base nos dados processados foi feito um levantamento do número de setores produtivos em que as tarifas brasileiras são mais elevadas do que aquelas impostas por outros países aos produtos brasileiros, e dos setores em que ocorre o inverso.

Em 2005, a maior incidência de tarifas brasileiras superiores às dos parceiros se concentrava, sobretudo, no comércio com a China, o Chile, a Tailândia, o Japão e a África do Sul (tabela 4). Decorridos cinco anos houve claro aumento do número de setores em que isso ocorre, no comércio com a China, a Índia e a África do Sul (três parceiros do grupo BRICS), mas também no comércio com a Coreia.

TABELA 4

**Países e número de setores em que as alíquotas tarifárias adotadas pelo Brasil são maiores ou menores que as alíquotas impostas aos produtos brasileiros**

Maior				Menor			
2005	Nº setores	2010	Nº setores	2005	Nº setores	2010	Nº setores
Bangladesh	2	Bielorrússia	8	Bangladesh	4	Bielorrússia	4
Bolívia	24	Bolívia	1	Bolívia	10	Bolívia	1
Chile	36	China	65	China	23	China	16
China	57	Colômbia	4	Colômbia	47	Colômbia	28
Colômbia	6	Equador	1	Equador	26	Equador	9
Equador	2	Índia	39	Índia	42	Índia	21
Índia	23	Japão	28	Japão	4	Japão	4
Japão	30	Coreia	51	Madagascar	2	Coreia	11
Malásia	23	Madagascar	1	Malásia	9	Malauí	1
Maurício	6	Maurício	3	Maldivas	1	Peru	27
Namíbia	1	Moldávia	5	Mauritius	4	África do Sul	8
Paquistão	12	Peru	14	Moçambique	4	Sri Lanka	4
Peru	19	África do Sul	39	Namíbia	2	Tanzânia	2
Rússia	16	Sri Lanka	4	Paquistão	16		
África do Sul	30	Tanzânia	1	Peru	27		
Sri Lanka	10			Rússia	14		
Tanzânia	1			África do Sul	24		
Tailândia	35			Sri Lanka	7		
Vietnã	10			Tanzânia	1		
Zâmbia	1			Tailândia	25		
				Vietnã	11		
	344		264		303		136

Fonte: WITS. Elaboração própria.

Os parceiros que impunham tarifas mais elevadas que as brasileiras em 2005 eram, em número de setores afetados, sobretudo a Colômbia, a Índia, o Peru, a Tailândia e a China. Em 2010 o destaque se concentrava em Colômbia, Peru, Índia e China.

É interessante notar que os dois primeiros são países com os quais o Brasil tem buscado intensificar sua aproximação comercial, enquanto os dois últimos são parceiros do grupo BRICS.

De um modo geral, o número de incidências setoriais em que as tarifas brasileiras superam as tarifas adotadas por outros países em relação aos produtos brasileiros é sistematicamente maior do que os casos de barreiras externas mais elevadas.

Em 2005 a maior incidência de protecionismo relativo brasileiro (número de vezes em que um determinado setor é registrado, na comparação com as tarifas de outros países) esteve centrada nos capítulos 84 – reatores nucleares; 36 – explosivos; 82 – ferramentas; 59 – produtos têxteis; e 73 – artigos de ferro e aço. Em 2010 os setores de maior destaque foram 39 – plásticos; 84 – reatores nucleares; 85 – equipamentos elétricos; 72 – ferro e aço; e 90 – aparelhos óticos, de fotografia e cinema. Não há, portanto, um padrão setorial claramente identificável; o único setor que aparece nos dois anos é o 84, o que em princípio refletiria alguma preocupação com produtos de alta tecnologia (suposição reforçada pela presença dos setores 85 e 90, no ano de 2010).

Avaliação semelhante pode ser feita para os setores em que as tarifas brasileiras são menores do que aquelas impostas aos produtos brasileiros por parte dos parceiros comerciais.

Em 2005 os destaques estiveram concentrados nos setores 85 – equipamentos elétricos; 17 – açúcar; 70 – vidro e 76 – alumínio. Em 2010 a distribuição dos setores em que as tarifas brasileiras são mais baixas foi mais homogênea, com destaques para: 85 – equipamento elétrico; 12 – óleos vegetais; 13 – extratos e resinas vegetais; 15 – gordura animal; 21 – preparações de alimentos; 29 – produtos químicos orgânicos; 54 – filamentos têxteis; e 68 – artefatos de cimento, pedra e asbestos.

Neste caso é possível argumentar que nos dois anos as barreiras que as exportações brasileiras encontraram nos parceiros comerciais tiveram como característica geral (com a exceção de equipamentos elétricos) o fato de serem mais elevadas para produtos com grande componente de recursos naturais, o que seria de se esperar, em vista da estrutura produtiva e da composição das vantagens comparativas estáticas da economia brasileira.

## **5 O ACESSO DOS PRODUTOS BRASILEIROS AOS MERCADOS DOS BRICS E DOS SEUS VIZINHOS**

A análise indicou que existe um processo de intensificação – por parte de cada país BRICS – das preferências comerciais concedidas aos países vizinhos, bem como de parte desses em relação aos produtos provenientes dos BRICS.

Esse contexto impõe aos produtores brasileiros o desafio de lidar com uma fonte de competitividade adicional às condições internas de cada país parceiro comercial. Da mesma forma que pode implicar dificuldades adicionais de acesso a mercado, caso as preferências concedidas entre países de uma mesma região signifiquem que as barreiras que os produtos brasileiros têm de enfrentar são maiores do que as dos concorrentes em cada região.

Para averiguar esse ponto foram identificadas as tarifas praticadas pelos países BRICS com cada país de sua área de influência e comparada com as tarifas praticadas por cada BRICS em relação aos produtos brasileiros. Essa mesma análise foi feita para cada país “satélite” considerado em seu comércio com o país BRICS respectivo em sua região, em comparação com a tarifa praticada em relação aos produtos brasileiros por cada um desses países. A tabela 6 traz esses indicadores.

Como fica claro na tabela 5, a disponibilidade de informações para 2010 é relativamente limitada, mas algo é possível inferir, ao menos em relação ao comércio com os países do Leste e do Sul da Ásia.

Em 2005 os produtos de todos os parceiros da China pagavam tarifa menor do que os produtos brasileiros em pelo menos 40% dos setores considerados (exceto na Mongólia). No caso da Índia, os percentuais foram bem menores que os da China, com destaque para Bangladesh, com 20% dos setores. No caso dos parceiros da Rússia, as maiores barreiras aos produtos brasileiros variavam entre 17% dos setores, no caso do Turcomenistão, e 40% dos setores, no caso do Azerbaijão. Por último, para a África do Sul só existe dado para Madagascar; mesmo assim, a incidência de mais da metade dos setores punindo produtos brasileiros mais do que os concorrentes é notável.

Em 2010, os percentuais observados para a China foram em geral mais baixos do que em 2005, mas merecem destaque os casos de Japão e Taiwan com mais de 60% dos recursos, e Coreia, com mais da metade dos recursos.

Dentre os parceiros da Índia em 2010, em três dos cinco países considerados a tarifa sobre os produtos brasileiros superava a tarifa sobre produtos dos vizinhos. O destaque são as Ilhas Maldivas, com um terço dos setores. E no caso da África do Sul, os produtos de Madagascar pagam tarifas mais baixas do que os produtos brasileiros em metade dos setores.

Existem, portanto, barreiras diferenciadas que beneficiam os países vizinhos dos demais BRICS, e que impõem aos produtos brasileiros condições menos favoráveis de acesso aos mercados regionais. Cabe agora uma avaliação das margens de preferência por parte dos países satélites em relação aos produtos provenientes dos BRICS.

TABELA 5  
**Tarifas impostas pelos BRICS aos seus vizinhos e ao Brasil**

BRIC	Parceiro	2005			2010			
		Nº de setores em que há tarifa sobre vizinho (A)	Nº de setores em que a tarifa sobre o Brasil é maior (B)	(B)/(A) (%)	Nº de setores em que há tarifa sobre vizinho (A)	Nº de setores em que a tarifa sobre o Brasil é maior (B)	(B)/(A) (%)	
China	Hong Kong	85	43	50,6%	79	20	25,3%	
	Indonésia	81	41	50,6%	26	4	15,4%	
	Japão	84	41	48,8%	84	54	64,3%	
	Coreia	84	50	59,5%	85	43	50,6%	
	Malásia	80	37	46,3%	25	6	24,0%	
	Mongólia	40	11	27,5%	43	20	46,5%	
	Filipinas	80	37	46,3%	20	5	25,0%	
	Cingapura	80	35	43,8%	17	5	29,4%	
	Taiwan	83	43	51,8%	85	53	62,4%	
	Tailândia	79	43	54,4%	33	4	12,1%	
	Vietnã	72	43	59,7%	24	5	20,8%	
	Índia	Bangladesh	60	12	20,0%	-	-	-
		Butão	14	1	7,1%	1	0	0,0%
		Maldivas	16	3	18,8%	3	1	33,3%
Paquistão		59	9	15,3%	66	16	24,2%	
Sri Lanka		19	3	15,8%	28	5	17,9%	
Armênia		39	11	28,2%	..	..	..	
Azerbaijão		47	19	40,4%	..	..	..	
Rússia	Cazaquistão	55	18	32,7%	..	..	..	
	Quirguistão	37	11	29,7%	..	..	..	
	Moldávia	46	17	37,0%	..	..	..	
	Tajiquistão	28	9	32,1%	..	..	..	
	Turcomenistão	24	4	16,7%	..	..	..	
	Ucrânia	64	25	39,1%	..	..	..	
	Uzbequistão	47	17	36,2%	..	..	..	
	África do Sul	4	0	0,0%	..	1	..	
	Congo	4	0	0,0%	..	..	..	
	Madagascar	30	16	53,3%	..	30	50,0%	
África do Sul	Malawi	5	0	0,0%	..	..	..	
	Zâmbia	5	0	0,0%	..	..	..	
	Zimbábue	6	0	0,0%	..	2	..	

Fonte: WITS. Elaboração própria.

Segundo a tabela 6 a incidência de casos em que os países satélites cobram de produtos brasileiros tarifas mais altas do que cobram de produtos provenientes do respectivo país BRICS em cada região é ainda mais elevada do que no caso das tarifas cobradas pelos BRICS aos seus vizinhos. Isso é verdade para cada país BRICS. Em 2005 o percentual de setores em que isso ocorre ficou entre aproximadamente 30% e quase 50% do total. Em 2010 houve uma redução desses percentuais, exceto para o caso da Rússia, onde se verificou um aumento expressivo.

TABELA 6

**Percentagem de setores em que as tarifas impostas ao Brasil são maiores do que as tarifas sobre os demais BRICS**

	2005	2010
China	49,5	47,1
Índia	40,6	37,0
Rússia	28,0	48,9
África do Sul	30,8	18,6

Fonte: WITS. Elaboração própria.

A intensificação do processo de regionalização comercial dos demais BRICS tem tido implicações para os produtos brasileiros, que são sujeitos a tarifas mais elevadas do que as praticadas entre os países da Ásia, da África e da Europa Oriental.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi motivado pelas indicações disponíveis de uma crescente integração econômica, associada a processos de complementaridade produtiva em algumas regiões, em particular no continente asiático. Como esses processos envolvem a participação de países BRICS, com potencial produtivo expressivo, a desconfiança é que esse processo poderia implicar desvio de comércio, com efeitos negativos para os exportadores brasileiros.

Um resumo pontual dos resultados encontrados aqui ressaltaria que:

- 1) Na análise das tarifas consolidadas na OMC há diferenças entre os BRICS no que se refere ao grau de abrangência dessas tarifas.
- 2) Entre 2005 e 2010 houve um aumento generalizado de concessões preferenciais em termos de tarifas. Isso ocorreu claramente entre cada BRICS e seus vizinhos, sendo a China o país mais ativo nesse sentido.
- 3) Há diferenças entre os BRICS no tocante aos motivos que levam a essas preferências. Enquanto a China e a África do Sul privilegiam produtos de mais alta tecnologia, o Brasil e a Índia concedem mais concessões aos parceiros comerciais mais importantes.
- 4) Na análise por setores, o Brasil se caracteriza por adotar tarifas em geral mais elevadas do que outros países cobram pelos produtos brasileiros. Não é clara a lógica econômica da seleção de setores em que isso ocorre.

- 5) Há um percentual importante de setores nos quais as preferências tarifárias de cada país do BRICS para com seus vizinhos e vice-versa colocam os produtos brasileiros em situação desvantajosa, por incidir neles barreiras tarifárias mais elevadas.

Esse conjunto de evidências traz à consideração um tema novo, mas preocupante, que é o conhecimento de um processo de crescente intensidade nos processos produtivos em outras regiões, sem que haja iniciativas correspondentes de magnitude entre os países da América Latina em face dessa nova realidade.

Como ressaltado na Introdução, o crescente regionalismo e seletividade nas preferências comerciais implica um desafio para os produtores brasileiros. Em particular, pelo baixo grau de interação com mercados vizinhos, o que não só reduz a margem para se beneficiar de custos mais baixos como tem levado à perda de participação nos mercados desses países. Aumentar o grau de complementaridade parece uma forma de alterar essa situação, a exemplo do observado em outras regiões.

Estes resultados reforçam a necessidade de estudos em um nível mais detalhado, em termos de produtos, assim como a importância de se poder dispor de um banco de dados acessível por parte dos empresários brasileiros, que mostre as preferências que os BRICS e seus vizinhos praticam no comércio bilateral, e as tarifas incidentes sobre os produtos brasileiros exportados para esses mercados. Isso traria maior clareza quanto às condições de concorrência, e também poderia motivar, junto às autoridades brasileiras, estratégias mais proativas de inserção internacional.